



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Programa de Ações
para o
Triénio 2017-2019

FAZER ACONTECER O CRESCIMENTO: UMA AGENDA PARA A COMPETITIVIDADE, O INVESTIMENTO E O EMPREGO

Mensagem de António Saraiva

Este documento apresenta o propósito e **as prioridades de atuação da equipa que irá dirigir a CIP no triénio 2017-2019**. Uma equipa coesa e determinada que me acompanha naquele que é o meu terceiro e último mandato enquanto Presidente da CIP.

Enfrentamos tempos em que se sobrepõem riscos e desafios de várias ordens:

Vivemos numa economia global profundamente interdependente, fortalecida por uma evolução tecnológica acelerada, mas ameaçada por desequilíbrios de natureza geopolítica, ambiental e demográfica.

Na maior potência mundial, uma nova Administração com uma agenda ainda pouco definida, mas que, decerto, colocará o resto do mundo e, em particular, a Europa perante novos desafios.

Num **ambiente de crescimento anémico e altos níveis de desemprego**, surgem ameaças à coesão da União Europeia, que terá de encontrar soluções para a saída do Reino Unido, enfrentar uma crise migratória de grandes dimensões e contrariar a onda de populismo e extremismo que põe em causa os seus fundamentos.

O mundo está em mudança e a economia portuguesa, pequena e aberta, tem que estar preparada para enfrentar novos desafios.

De forma convicta, entendemos que compete também à CIP e às suas associadas, enquanto expressão do movimento associativo empresarial no quadro de uma sociedade civil organizada, preparar o caminho para o futuro. **A entrada numa nova era exige novas formas de pensar e de agir.**

Uma economia aberta, baseada no conhecimento, na mobilidade e capacidade de adaptação das pessoas, em ideias inovadoras, em investimento e em cadeias de valor globais é o caminho para o crescimento económico, para a criação de emprego e para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Mas é hoje claro que, para que a globalização e a transformação digital se tornem forças que impulsionem a nossa economia, há que as gerir com sabedoria para potenciar as suas vantagens e acautelar as ameaças que também comportam.

Na perspetiva das empresas e dos que as representam, a resposta está na implementação das **reformas estruturais**, tão longamente faladas, mas não implementadas, necessárias à produtividade, competitividade e criação de emprego.

É tempo de desenvolver uma nova economia em que as oportunidades, o crescimento e a prosperidade são partilhados por todos e para a qual todos participam.

É esse o desígnio que nos move.

INTRODUÇÃO

Os Corpos Sociais da CIP para o triénio 2017-2019 estão conscientes da responsabilidade e da exigência que implica liderar uma confederação que se assume como organização de cúpula do movimento associativo empresarial português, empenhada na prossecução de uma missão, que se traduz estatutariamente por:

Representar, interna e externamente, a atividade empresarial nacional, com autonomia e independência.

Contribuir para o progresso da economia de mercado e da iniciativa privada.

Apoiar as empresas de todas as dimensões e sectores.

Ser o porta-voz das empresas, assumir e defender os seus interesses e propostas junto das instâncias económicas, políticas e sociais.

Defender o diálogo social como instrumento para o aumento da competitividade.

Negociar, em nome das empresas, com os parceiros sociais e o poder político, a nível nacional e internacional.

Ser um agente de mudança em diálogo com a sociedade civil, promovendo e assegurando o crescimento sustentável das empresas e da economia portuguesa no quadro da globalização.

Para cumprir esta missão e:

- Reconhecendo, com orgulho, o legado de todos quantos, na CIP, contribuíram, ao longo de mais de 42 anos, para a construção de um modelo económico livre, transparente e concorrencial;
- Fieis ao projeto de renovação da CIP, iniciado em 2010, que lhe proporcionou um universo de representação transversal mais

abrangente, com a integração no seu seio de um conjunto de mais entidades associativas sectoriais e regionais, bem como do universo das Câmaras de Comércio e Indústria;

- Assumindo como **princípios fundamentais da sua estratégia e das suas linhas de orientação a defesa do interesse nacional, da economia de mercado e da iniciativa empresarial privada;**
- Pretendendo reforçar a posição da CIP como a confederação empresarial mais representativa a nível nacional, uma estrutura associativa de empregadores forte, coesa e abrangente, que possa defender mais eficazmente os interesses das empresas portuguesas;
- Cientes dos complexos e difíceis desafios que as empresas portuguesas hoje enfrentam;

Os Corpos Sociais da CIP para o triénio 2017-2019 apresentam o seu programa de ação com base em três compromissos chave:

- **O compromisso com o crescimento económico;**
- **O compromisso com uma Europa unida em torno da competitividade;**
- **O compromisso com um movimento associativo sólido e com valor para as empresas.**

UMA CONFEDERAÇÃO COMPROMETIDA COM O CRESCIMENTO ECONÓMICO

Só o regresso à rota da convergência real com os nossos parceiros da União Europeia, através do crescimento do PIB, garante prosperidade a prazo.

Os problemas e os bloqueios com que a economia portuguesa se defronta – nomeadamente o desemprego e o endividamento, público e privado – só poderão ser ultrapassados se formos capazes de criar as condições necessárias para **atingir taxas de crescimento económico** mais elevadas, pelo menos **na ordem dos 3% ao ano**, baseadas em ganhos de competitividade empresarial.

Assim, na sua intervenção, a CIP assumirá **a defesa do crescimento económico como a sua primeira prioridade** e adotará como principal critério objetivo de avaliação das políticas públicas os efeitos positivos ou negativos que tais políticas venham a provocar na competitividade das empresas.

Para tal, a CIP centrará a sua intervenção, a nível nacional, no desenvolvimento de ações de afirmação e defesa dos interesses dos agentes económicos privados, diretamente junto dos órgãos de soberania, bem como através da sua participação no grande número das estruturas formais e informais em que está representada.

Esta intervenção será concretizada por ocasião da discussão dos principais documentos que suportam a política económica e social, mas também de forma contínua, no acompanhamento regular da produção legislativa, e de forma pró-ativa, através da apresentação de propostas.

Como tem sido seu timbre – sendo os exemplos mais recentes a colaboração no Simplex, na iniciativa Indústria 4.0 e no Programa Capitalizar – a CIP mantém-se disponível para colaborar na conceção e implementação de políticas públicas que sirvam o desígnio de um maior crescimento económico.

Consciente de que a conciliação entre a sustentabilidade das finanças públicas e o estímulo ao crescimento económico passa pela redução da despesa pública corrente, a CIP está disponível, em particular, para colaborar em **reformas estruturais que permitam reduzir o peso do Estado na economia**, de modo a perspetivar a redução sustentada da dívida soberana e a diminuição geral da carga fiscal.

Contudo, a CIP está consciente de que o desígnio do crescimento económico supõe e exige um amplo consenso social, envolvendo o Estado, Associações empresariais e Sindicatos. Um consenso alargado, que defina objetivos e aponte meios e caminhos para os atingir, com definição de políticas públicas que transcendam a duração normal dos ciclos governativos.

A CIP desenvolverá todos os esforços necessários para devolver à Concertação Social uma maior amplitude na sua intervenção, e um novo dinamismo e acrescidas responsabilidades, contribuindo para políticas mais realistas e para as reformas de que o país carece, num clima de confiança e valorizando o contributo que dela pode advir para a paz social e o desenvolvimento económico.

Neste quadro, a CIP propõe-se negociar com todos os parceiros sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social **um acordo**

abrangente para o crescimento e o emprego, que não se limite a temas como o salário mínimo nacional ou a questões laborais, mas englobe os necessários compromissos em torno de todos os fatores relevantes para a competitividade empresarial.

A ambição: Um cenário de crescimento macroeconómico equilibrado e sustentável

O compromisso para o crescimento que a CIP assume concretiza-se num compromisso com uma visão de futuro para a economia portuguesa, o qual se reflete na defesa de uma estratégia económica com prioridades e orientações claras.

A visão para a economia que a CIP projeta para um horizonte de cinco anos corresponde a um cenário macroeconómico de crescimento equilibrado e sustentável.

Tal cenário será caracterizado por uma forte contribuição das exportações para o PIB, aproximando-se dos rácios que as economias europeias de dimensão equivalente à nossa apresentam e bem superior ao que hoje registamos, apesar dos progressos verificados nos últimos anos.

Apontamos para uma meta da intensidade exportadora perto dos 50%.

A **taxa de investimento** terá de regressar a valores mais elevados, sustentada fundamentalmente por poupança interna. Apontamos para **uma meta de 18%**, mesmo assim ainda inferior aos valores pré-crise.

O **crescimento do consumo privado deverá permanecer contido** abaixo dos valores do crescimento do PIB, mas já será possível aos portugueses

constatarem nos seus níveis de bem-estar económico os frutos dos sacrifícios que lhes foram pedidos.

Neste cenário, será possível manter taxas de crescimento do emprego próximas dos 1.5% ao ano, permitindo, num prazo de cinco anos, a absorção do desemprego para níveis historicamente baixos.

Esta evolução do emprego mostra-se, além disso, compatível com ganhos de produtividade que permitem um aumento moderado, mas consistente, das remunerações dos trabalhadores.

Exige, por outro lado, um mercado do trabalho flexível e um grande esforço na adequação das qualificações às exigências associadas à oferta de novos postos de trabalho no sector produtivo.

Neste cenário, as empresas estariam libertas de uma série de condicionalismos que hoje levam ao desperdício de recursos e ocupam boa parte do precioso tempo dos seus gestores, preocupados em ultrapassar problemas laterais colocados por uma inadequada intervenção do Estado na sua atividade quotidiana.

As empresas estariam preocupadas sobretudo em concorrer cada vez mais com base em aumentos da produtividade, através de uma forte aposta na inovação, na organização e na capacidade de gestão, na afirmação de marcas e no *design*.

Teriam diversificado as suas exportações, explorando as múltiplas oportunidades de negócio que se abrem nas economias emergentes. Apesar de integrado na Europa, Portugal não estaria, então, tão dependente como hoje dos mercados de economias maduras, mas pouco dinâmicas.

Não é possível prever ou determinar quais serão os sectores que mais peso terão ganho na nossa estrutura produtiva e na estrutura das nossas exportações. Mas **a canalização dos recursos disponíveis para investimentos indutores de exportações ou substituição competitiva de importações** terão determinado o reforço do peso dos sectores produtores de bens e serviços transacionáveis na economia.

Em particular, esta evolução pressupõe a aceleração do processo de relançamento industrial, sendo nossa ambição atingir neste horizonte temporal **um peso da indústria no PIB superior a 18%**.

Para uma efetiva concretização deste cenário há que definir uma estratégia económica consistente e previsível que a CIP acredita deve ser baseada nas seguintes linhas orientadoras:

1. Assegurar que as empresas têm acesso ao financiamento de que necessitam para investir e crescer

Deverão ser aprofundadas e completadas as medidas tendentes a diversificar as fontes de financiamento das empresas, a facilitar o acesso das PME ao mercado de capitais e a tornar o sistema financeiro mais sólido, com o objetivo de resolver o problema do financiamento das empresas, em especial das PME. Neste quadro deverá ser definido claramente o papel a desempenhar pelo grupo da CGD e pela Instituição Financeira de Desenvolvimento neste processo e implementada uma solução com o duplo objetivo de reestruturar e capitalizar as empresas e de aliviar o balanço dos bancos do elevado montante de crédito malparado.

Acesso das pequenas e médias empresas ao mercado de capitais.

O problema das dívidas das entidades públicas às empresas deverá ser resolvido de forma urgente, completa e definitiva.

É também necessário trabalhar do lado das empresas, numa mudança cultural dos empregadores/empresários no sentido de aceitar novas formas de financiamento, a entrada de terceiros no capital, etc. – este deve ser o papel da CIP e associações.

2. Garantir a previsibilidade da fiscalidade e assegurar uma tendência de redução da carga fiscal para promover e atrair o investimento

Há que imprimir ambição e consistência a uma estratégia orçamental baseada na redução da carga fiscal, no quadro de um sistema fiscal mais competitivo, mais previsível e mais simples.

É indispensável pôr a fiscalidade ao serviço da economia e não a economia ao serviço das autoridades tributárias.

A CIP continuará a lutar, num horizonte de médio prazo, por um compromisso no sentido da retoma do calendário de redução da taxa de IRC e eliminação das derramas previsto na reforma de dezembro de 2013, que considera chave para a atração de investimento.

É fundamental assegurar a previsibilidade do sistema fiscal e garantir que a tributação que incide direta ou indiretamente sobre as empresas não é agravada e que não serão criados novos impostos que afetem as empresas.

3. Desenvolver políticas públicas de apoios ao investimento, à inovação e à internacionalização

As verbas do Portugal 2020 deverão ser alocadas prioritariamente ao investimento produtivo e à competitividade.

A CIP defenderá que a promoção do investimento empresarial incida sobretudo nas atividades produtoras ou indutoras da criação de bens e serviços transacionáveis e que incorporem um elevado valor acrescentado nacional.

A política de estímulo à inovação deve apostar no apoio a projetos de investigação industrial e científica, mas deve também ter em conta a importância que a inovação incremental, nas suas diversas vertentes, desempenha na competitividade das PME, promovendo a diferenciação dos produtos e o seu reconhecimento no mercado, e reconhecer o papel essencial a desempenhar pelas associações empresariais, pelos centros tecnológicos e pelas próprias empresas. É necessário promover uma ligação mais estreita entre os meios científicos e empresariais, de modo a colocar as competências de que Portugal já dispõe ao serviço de estratégias de inovação das empresas.

Na linha do recomendado pelo BIAC – Business and Industry Advisory Committee (OCDE), reconhecemos a importância da saúde para termos sociedades produtivas porque a Saúde é um vetor essencial do desenvolvimento de um país, mas também porque o setor económico da Saúde tem uma forte capacidade de arrasto da economia. Neste sentido, o setor privado da saúde desempenha um papel essencial em termos de investigação e desenvolvimento, capacidade de inovação, ligação às

universidades e redes internacionais de conhecimento, que deve ser estimulado, tendo em vista os desafios demográficos e de um sistema de saúde sustentável, que contribua para o funcionamento eficiente desta função social.

Defendemos uma estratégia coerente de internacionalização da economia, nas suas diversas vertentes: aumento da capacidade de oferta, capacitação de mais empresas para a internacionalização, alargamento das cadeias de valor e diferenciação dos bens e serviços exportados, desenvolvimento de estratégias de marca, diversificação dos mercados, estímulo aos serviços transacionáveis, designadamente ao turismo.

Também neste domínio, deve haver uma separação clara do papel de facilitador e de coordenação que compete às entidades públicas, em estreita articulação com toda a rede da diplomacia portuguesa, do que cabe às empresas e às associações que as representam setorial ou territorialmente e que desenvolvem as ações conducentes à sua internacionalização.

Esta estratégia deverá integrar igualmente uma política de atração e acolhimento do investimento estrangeiro que traga capital e conhecimento, e que seja articulada com a política económica, maximizando o impacto no tecido produtivo nacional em termos de transferência de tecnologia, crescimento e emprego.

A CIP promoverá o desenvolvimento de uma cultura associativa entre empresas, através de mecanismos que facilitem a concentração e a cooperação empresarial, por recurso a operações de aquisição e fusão ou a

formas menos radicais ou mesmo informais, mas que levem a uma efetiva conjugação de esforços e de recursos.

Quanto ao investimento público, a prioridade deverá ser colocada nas infraestruturas para a competitividade, nomeadamente ao nível dos transportes (portos e ligações ferroviárias) e logística, com vista a uma melhoria da conectividade internacional.

4. Promover uma política energética que favoreça a competitividade empresarial

Vivemos presentemente uma evolução acelerada nas tecnologias energéticas e, simultaneamente, devido à necessidade de combate às alterações climáticas, uma mutação constante nos objetivos nacionais e europeus das políticas de energia.

A CIP não pode alhear-se deste enquadramento e destes desafios, tem de os acompanhar e é seu objetivo agir de modo a contribuir para que os seus Associados em particular, e o tecido económico nacional no geral estejam para eles preparados.

Portugal não dispõe de recursos energéticos de origem fóssil; mas é porta de entrada para eles e possui abundantes recursos energéticos renováveis.

Potenciando estes fatores, importa assegurar a redução da componente regulada dos custos da energia, definindo o calendário de novas ações a empreender pelo Governo, por forma a atingir uma maior equidade entre a contribuição das diversas partes envolvidas.

O cumprimento deste objetivo passará por uma maior integração europeia dos mercados energéticos e da fiscalidade a eles aplicada.

Disso depende uma maior competitividade da economia nacional em geral e tal será também o meio mais eficaz para prevenir distorções de concorrência que tanto têm afetado os setores da atividade económica consumidores intensivos de energia.

A CIP continuará a promover grande nível de envolvimento na discussão das opções energéticas nacionais e privilegiará a sua capacidade de intervenção junto das entidades reguladoras deste setor, mantendo, por si e com os seus associados, elevados níveis de capacitação nestas matérias.

Adicionalmente, defendemos a criação de Incentivos fiscais à redução dos custos energéticos das empresas e aos investimentos na qualidade ambiental.

5. Reduzir os custos de contexto e garantir a concorrência

Para além das medidas em curso, tendentes a reduzir os custos de contexto de natureza administrativa, há que proceder a um exercício de revisão dos constrangimentos que existem para a vida das empresas, em especial das PME, decorrentes da própria legislação, nomeadamente ambiental e fiscal.

A produção legislativa deverá passar pela a avaliação de impacto dos atos normativos sobre a atividade das empresas e por mecanismos que impeçam que sejam adotadas novas normas que onerem os cidadãos ou as empresas, sem uma desoneração, pelo menos equivalente, através da alteração ou eliminação de outras normas.

Esta é a filosofia subjacente aos programas do Estado sobre simplificação administrativa, que a CIP ativamente apoia.

A CIP opor-se-á sempre à fixação, em Lei ou em Regulamentos, de normas mais exigentes do que as europeias, designadamente em matéria de ambiente.

Neste particular, e tendo presente as possibilidades que a desmaterialização de processos e a digitalização da economia agora proporcionam, a CIP defenderá a redução drástica do número de processos administrativos independentes sob o lema “um pedido, um título, uma taxa”.

Importa reavaliar as reformas levadas a cabo no domínio da justiça e proceder aos ajustamentos que se revelem necessários nesta matéria, por forma a alcançar uma justiça mais célere, mais eficiente e mais eficaz.

Os Tribunais de Comércio, criados em 1999, têm de ser objeto de forte aposta, transformando-os em verdadeiros Tribunais de empresa, com juízes capacitados do ponto de vista técnico para lidarem com as diferentes, e por vezes complexas, matérias económicas e financeiras.

Por outro lado, devem ser apoiados os mecanismos de monitorização, coerente e eficaz, dos mercados, fomentando uma concorrência leal entre agentes económicos e promovendo o equilíbrio nas cadeias de valor, em particular prevenindo situações de abuso de posição dominante e de poder de mercado excessivo que se convertem em perda de competitividade, por via dos estrangimentos financeiros e operacionais.

A CIP deverá, ainda, reforçar a sua participação em instrumentos de autorregulação que contribuam para um melhor desenvolvimento dos

negócios, para a adoção generalizada de boas práticas e para a redução da litigância entre agentes económicos.

6. Fomento do empreendedorismo

É essencial a promoção de um ambiente que promova o empreendedorismo e a inovação, enquanto fatores capitais da dinamização do tecido empresarial português e da internacionalização da economia portuguesa.

Promover este ecossistema passa por desenvolver medidas que congreguem incentivos financeiros ao empreendedorismo, nomeadamente através da bonificação dos custos associados à criação de micro, pequenas e médias empresas, aconselhamento técnico, desenvolvimento e capacitação de competências e acompanhamento dos projetos nos primeiros anos de vida.

Este ecossistema pressupõe o fomento de uma cultura e atitude de empreendedorismo e inovação nas novas gerações, no âmbito das escolas e universidades, mas também na população ativa, dentro das próprias empresas e do Estado.

7. Desenvolver o Capital Humano e as relações laborais para construir uma sociedade inclusiva e dinâmica que contribua para o crescimento e competitividade da economia

É imprescindível criar uma força de trabalho altamente qualificada e adaptável às constantes evoluções da ciência e tecnologia. É urgente implementar políticas educativas, sociais e laborais que respondam aos

desafios inerentes à transformação digital. É fundamental requalificar os trabalhadores afetados pelo desaparecimento de profissões resultante dessa transformação e preparar as novas gerações para as profissões do futuro, que ainda não conhecemos.

Por isso, a qualificação da população portuguesa, tanto ao nível da formação inicial, como, sobretudo, ao nível da formação dos ativos das empresas, constitui um vetor crucial para o crescimento económico e para a promoção da coesão social que é preciso concretizar, consensualmente, entre o Governo e os parceiros sociais.

Em particular, é necessário aumentar a qualificação e especialização dos trabalhadores com menores qualificações.

É preciso relançar o ensino tecnológico de nível superior médio através de cursos específicos científico-tecnológicos de cariz eminentemente prático, ministrados no ensino politécnico ou universitário e reforçar a articulação entre o sistema de ensino superior e a economia real, dando respostas às necessidades do mundo empresarial.

É preciso investir na promoção do ensino vocacional como uma oferta profissional enriquecedora, sempre em estreita ligação com o mercado de trabalho.

É também preciso promover novos conteúdos para a formação profissional que respondam aos novos desafios relacionados com a transformação digital e a designada quarta revolução industrial.

As mudanças tecnológicas e estruturais e o envelhecimento da população implicam ainda, necessariamente, alterações nas políticas laborais.

O país deve criar condições para o desenvolvimento de uma nova realidade laboral, o que implica um enquadramento jurídico mais adequado às necessidades dos agentes económicos, facilitando a mobilidade laboral. Surgem, assim, como fundamentais:

- A diversificação das formas de contratação, nomeadamente de formas flexíveis de contratação;
- Estabilidade e atratividade das políticas ativas de emprego;
- Rejuvenescimento dos quadros das empresas.

Na perspetiva da estabilidade que defendemos, não poderemos admitir retrocessos nas reformas que foram levadas a cabo no sentido favorável à competitividade das empresas e à flexibilidade do mercado do trabalho. É preciso assegurar que estas reformas não são revertidas, nem por qualquer modo desvirtuadas.

Em particular, a CIP será intransigente na manutenção do quadro legal vigente para a negociação coletiva, nomeadamente no que concerne ao espaço negocial, vigência e sobrevigência, bem como do regime legal sobre duração e organização do tempo de trabalho, duração das férias e compensações por trabalho suplementar.

UMA CONFEDERAÇÃO COMPROMETIDA COM UMA EUROPA UNIDA EM TORNO DA COMPETITIVIDADE

Estamos conscientes que, para atingir as metas que ambicionamos, não bastará uma estratégia de crescimento ao nível nacional. Também a nível europeu, é preciso saber que futuro queremos construir e encontrar o melhor caminho para lá chegar. A Europa terá de saber vencer, coletivamente, os seus atuais desafios.

Os próximos 3 anos serão marcados pelo processo de negociações da saída do Reino Unido da União Europeia, sendo particularmente relevante para as empresas as consequências que esta terá para o Mercado Interno e para a Política Comercial europeia.

Mas a saída de um Estado não poderá pôr em causa uma União de 27 Estados. Urge encontrar soluções para a prosperidade dos seus cidadãos.

A União Europeia, como um todo, pela sua dimensão e pelos confortáveis excedentes externos que gera, tem essa possibilidade de estimular o investimento através de políticas expansionistas do lado da procura e está, presentemente, a desperdiçá-la, abdicando da força que lhe confere a sua dimensão e das vantagens que lhe proporcionaria uma verdadeira união económica.

Os atuais instrumentos de governação económica da União, simplesmente não funcionam em relação a países que possuem finanças públicas sólidas e continuam a acumular crescentes excedentes externos.

É necessário **redesenhar as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento** por forma a que não visem apenas a procura de uma maior disciplina, mas também para que concorram para uma estratégia macroeconómica global coerente, nas suas vertentes de política estrutural, orçamental e monetária, que possa restaurar o crescimento na Europa.

O caminho para aumentar o investimento e o emprego na Europa passa pelo foco na competitividade.

A Europa precisa criar um ambiente atrativo para a competitividade e a inovação empresarial, libertando-se do peso de regulamentação desnecessária e demasiado onerosa, dos elevados preços da energia e de outros fatores que tornam excessivos os custos da atividade empresarial na Europa, especialmente para as PME.

É urgente e essencial completar um mercado único da energia verdadeiramente integrado e competitivo, que tenha como parâmetros essenciais não só a eficiência, mas igualmente a sustentabilidade ambiental, através da criação de uma base legislativa comum e de investimentos nas interconexões transfronteiriças de gás e eletricidade, por forma a criar verdadeiras redes transeuropeias.

A Europa deve fortalecer o seu mercado único noutras áreas, eliminando as numerosas barreiras que ainda tornam difícil às empresas, em particular às PME, operar noutro Estado-Membro que não o seu. Em particular, é necessário desenvolver todas as potencialidades proporcionadas pela revolução tecnológica em curso com vista à criação de um mercado digital único na Europa que permita enfrentar com sucesso os desafios da globalização.

A União dos Mercados de Capital é outra das prioridades a desenvolver.

O investimento em infraestruturas de transportes deve ser concebido e realizado visando o reforço da interoperabilidade das redes nacionais. Neste domínio, a eliminação de barreiras técnicas e administrativas é crucial para obter pleno benefício destes pesados investimentos.

Num quadro mundial onde surgem tendências protecionistas, a União Europeia tem de acelerar a sua agenda de comércio internacional num espírito de reciprocidade, orientada para a abertura de novos mercados de países terceiros, ao mesmo tempo que não hesita em defender a sua indústria, mantendo-se firme na aplicação eficaz dos Instrumentos de Defesa Comercial.

Não obstante a importância das negociações comerciais com os EUA, acreditamos que a Europa deve ainda dar maior relevo às relações económicas com as regiões da América Latina e de África.

Eventuais alterações nos processos de revisão da metodologia anti-dumping e anti-subsídios devem ser baseadas em cuidadosas análises de impacto sobre a indústria europeia.

No mundo global em que nos inserimos, estes e outros temas tratados ao nível europeu condicionam a atividade das nossas empresas e são determinantes na orientação imprimida às políticas públicas nacionais. Por isso, **a CIP tem a responsabilidade e o dever de assegurar que a voz das empresas portuguesas é tida em consideração nos organismos internacionais e, em particular, nos processos de decisão europeus.**

Assim, a CIP continuará a reforçar a sua rede de contactos e influência com as Instituições Europeias (Comissão e Parlamento Europeu), com a

Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER) e com o Comité Económico e Social Europeu (CESE) onde, desde 2015, o representante nomeado pela CIP ocupa o honroso cargo de Vice-Presidente para a comunicação.

Neste contexto, há ainda que referir a importância da representação da CIP nas organizações multilaterais de empregadores que deve ser reforçada através de uma maior participação nos grupos de trabalho e órgãos decisórios destes organismos, de forma a ter uma influência mais ativa nas posições emanadas.

A este propósito, a CIP reforçará a sua intervenção na preparação de posições e nas atividades da BusinessEurope - a organização de cúpula do associativismo empresarial a nível europeu - e continuará a sua participação nos trabalhos da Organização Internacional de Empregadores (OIE) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

De igual modo, a CIP valorizará a sua recente integração como único membro português no BIAC – Comité Consultivo Empresarial da OCDE, no sentido da inclusão das preocupações das empresas e da defesa dos seus interesses no debate e nas decisões também junto desta organização.

A participação assídua nas organizações multilaterais de empregadores poderá ainda ter um papel relevante no desenvolvimento das ações de internacionalização dos associados da CIP que deve ser potenciado.

A CONFEDERAÇÃO COMPROMETIDA COM UM MOVIMENTO ASSOCIATIVO SÓLIDO E COM VALOR PARA AS EMPRESAS

A CIP mantém a sua aposta no fortalecimento e consolidação do movimento associativo, com vista a uma defesa dos interesses das empresas mais atuante e influente.

Ao nível confederativo, mantemos a convicção da necessidade de encontrar um formato de cooperação que permita às Confederações de Empregadores falar a uma só voz. Estamos, como sempre estivemos, disponíveis para discutir e trabalhar em soluções que viabilizem esta ambição, procurando encontrar, simultaneamente e em cada circunstância, as formas mais adequadas para a expressão e defesa dos nossos interesses comuns em matérias transversais à economia e às empresas no seu conjunto.

Enquanto este caminho se traça, continuamos a apostar no **reforço da representatividade e competências da CIP e das suas associadas**, para que esta se mantenha e se reforce como a Confederação Empresarial mais representativa a nível nacional, assente numa estrutura associativa forte, coesa e abrangente, que diariamente defende eficazmente as empresas e as apoia a crescer sustentadamente.

Em cumprimento da sua missão estatutária, a CIP deve ser um agente **de mudança do movimento associativo**, promovendo a sua capacitação com vista ao crescimento sustentável das empresas e da economia portuguesa no quadro da globalização.

É nossa convicção que urge repensar o movimento associativo e intervir na sua reestruturação.

Há que recriar vontade e interesse dos empresários pela participação associativa, valorizar o seu insubstituível papel na dinamização da economia, criar novos serviços associativos que acrescentem valor às empresas.

Começámos este trabalho no mandato anterior, lançando o debate interno de diagnóstico, mas há que ir mais longe: pensar tendências, analisar necessidades do mercado empresarial, partilhar experiências e boas práticas, conhecer forças e fraquezas.

Hoje, como nos mandatos anteriores, acreditamos que a dispersão do movimento associativo enfraquece a representatividade das associações e o impacto das suas posições e, conseqüentemente, prejudica as empresas. Por isso, sem prejuízo do princípio da liberdade associativa, estimularemos o processo de **reorganização do tecido associativo** que permita obter ganhos de escala e eficiência, incentivando a convergência do associativismo empresarial.

Acreditamos que, como organização de cúpula, a CIP pode **contribuir para o desenvolvimento do movimento associativo do futuro** e, como tal, propomo-nos desenvolver ações que permitam apoiar os seus associados a crescer, a aumentar a qualidade e valor acrescentado dos serviços que prestam às empresas e a diversificar os seus serviços e produtos.

Com este propósito, iremos desenvolver parcerias com entidades com competências diferenciadas e complementares, nacionais e europeias, que possam apoiar a CIP e os seus associados em: repensar a sua estrutura de

recursos e de custos; investir na qualificação dos profissionais associativos; desenvolver processos de transformação digital; apostar na cooperação e troca de experiências entre associações; rever e enriquecer a proposta de valor e alinhar a oferta associativa com as necessidades das empresas e apostar em estratégias de comunicação adaptadas à realidade empresarial.

Por outro lado, iremos desenvolver ações que **reforcem a posição da CIP enquanto a mais representativa confederação do movimento associativo empresarial** pela sua história, notoriedade e credibilidade, e ao mesmo tempo potenciem o seu papel enquanto entidade conectora de uma vastíssima rede de associados. **A força da CIP é a força dos seus associados e vice-versa.** O grande desafio é criar as sinergias e potenciar a rede e o acesso privilegiado a *stakeholders* relevantes ao nível nacional e internacional.

Ao mesmo tempo que desenvolveremos uma estratégia de captação de novos associados que permita alargar a representatividade da CIP e garantir a sustentabilidade da sua atividade, apostaremos em novas atividades que dinamizem e potenciem a rede de Associados da CIP, nomeadamente:

- Criar a Academia CIP, que permita desenvolver programas de capacitação e *mentoring* dos colaboradores de toda a rede de associados que apoiem o reforço da sua sustentabilidade e a inovação na criação de valor;
- Desenvolver ferramentas tecnológicas que permitam dinamizar a relação dentro da rede de associados, a troca de experiências e a partilha de conhecimento;

- Reforçar o apoio aos associados nas suas ações de influência junto dos decisores políticos nacionais e europeus em prol do crescimento económico e da competitividade das empresas;
- Estudar a possibilidade de criar, no seu seio e em coordenação com as suas associadas, a figura de “Provedor das Empresas”, com a missão de facilitar, junto da Administração Pública, soluções para ultrapassar problemas ou dificuldades no relacionamento das empresas com o Estado. Este “Provedor das Empresas” trataria as questões que lhe fossem transmitidas pelas associações e apresentá-las-ia junto das entidades públicas competentes, zelando pela sua resolução.

A CIP será tanto mais forte quanto mais os associados para ela contribuam e sintam que, em cada momento, estão a ser representados.

Continuaremos a construir a nossa intervenção em consonância com a estrutura associativa, procurando ultrapassar as dificuldades na obtenção de *feedback* nos processos de auscultação que levamos a cabo junto dos associados.

Procuraremos, sempre, encontrar os necessários consensos entre os diferentes interesses empresariais, seja a nível regional, sectorial ou nacional.

Valorizaremos o papel dos Conselhos Consultivos da CIP, contribuindo para o reforço da eficiência do seu funcionamento e da eficácia do seu contributo para a intervenção fundamentada da CIP nos respetivos domínios de atuação.

Para além dos vários tipos de Conselhos Consultivos já em funcionamento, pretende-se dinamizar o Conselho das Câmaras de Comércio e Indústria,

envolvendo as Câmaras de Comércio bilaterais, e criar um novo Conselho Estratégico dedicado à Lusofonia Económica que abarque parte do trabalho desenvolvido pela agora extinta ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação.

Realizaremos reuniões de trabalho com os Associados com o objetivo de ouvir as suas sugestões e ter um contacto mais próximo com a sua realidade e com a das empresas que representam.

É nosso objetivo **tornar mais próxima e mais visível a ligação da CIP às suas associadas** e vice-versa, permitindo, assim, um reforço de uma imagem de confederação coesa e tirando partido das competências específicas de cada um em prol de todos.

A este propósito, há que referir a crescente importância da estratégia de comunicação que permita valorizar, junto da opinião pública, dos diferentes poderes políticos e institucionais e, em especial, das empresas, o trabalho desenvolvido pela CIP e suas associadas, as propostas que apresenta e, de uma maneira geral, as suas causas matriciais na defesa sistemática e consistente do crescimento económico e do emprego.